

A REALIDADE DOCENTE NA SALA DE AULA: RELATOS DE UMA PROFESSORA INICIANTE ¹

Juliana MOTA²

Licencianda em Letras
IFSP/Câmpus São Paulo

Daniel Teixeira MALDONADO³

Doutor em Educação Física – Universidade São Judas Tadeu
Docente – IFSP/ Câmpus São Paulo

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade apresentar relatos de experiências sobre a vivência como professora eventual na rede estadual de São Paulo, com o objetivo de contribuir de alguma forma para as reflexões sobre o professor iniciante e o trabalho docente na escola pública. Os relatos são discutidos à luz de Freire (2002), Bueno (1995), Charlot (2008), Vasconcellos (2007), Nunes e Oliveira (2017), Tardif (2013), Delmanto e Faustinoni (2009), Libâneo (2014) e Perrenoud (2001). Partimos do entendimento de que ao escolher esta profissão já estamos convictos das dificuldades e precariedades que iremos percorrer, mas se faz necessário respeitar os espaços, lutar por nossos direitos e não faltar com a ética sobre o ensinar. Esperamos que futuros colegas de trabalho leiam o artigo e se sintam tocados de alguma forma para refletirem sobre quais caminhos deveremos seguir na sala de aula.

Palavras-chave: Relatos de experiência. Trabalho docente. Escola pública.

Introdução

Em uma sociedade na qual concepções educacionais democráticas acabam sofrendo autoritarismo, precisamos nos preocupar com a realidade escolar e em como melhorar o ambiente educacional, ou seja, antes de emitir opiniões precipitadas e superficiais sobre a educação brasileira, é necessário realizar reflexões profundas e análises sistematizadas sobre as experiências que professores e estudantes vivenciam diariamente nas escolas públicas no Brasil.

¹ Orientador Prof. Dr. Daniel Teixeira Maldonado. Projeto de pesquisa vinculado à disciplina de Metodologia do trabalho científico I e II.

² Endereço eletrônico: julimsousa0@gmail.com

³ Endereço eletrônico: danielmaldonado@ifsp.edu.br

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, muitas crianças e jovens de diferentes classes sociais, culturas, religiões e costumes passaram a estudar em nosso país. Sabemos que esse direito foi usurpado da classe trabalhadora durante muito tempo, ocasionando um enorme fosso educacional entre os ricos e os pobres (LIBÂNEO, 2014).

Esses “novos” estudantes trouxeram diversificadas demandas ao sistema público de ensino. Nesse contexto, os professores que atuam nessas escolas precisaram reorganizar a sua prática pedagógica, visando proporcionar aprendizagem significativa aos alunos advindos de uma realidade social precária e desigual.

Todavia, as condições de trabalho dos docentes se tornaram cada vez mais precarizadas e novas demandas surgiram no cotidiano escolar público a todo momento, ocasionado a intensificação do trabalho docente (NUNES; OLIVEIRA, 2017).

Nunes e Oliveira (2017) apresentam em sua pesquisa dez indicadores para demonstrar as mudanças da educação nos últimos anos, mostrando que a função social da escola deixou de ser apenas ensinar os conteúdos dos diferentes componentes curriculares aos estudantes.

Para os autores, os professores passaram a assumir diversificadas responsabilidades profissionais nas últimas décadas, tais como: facilitador da aprendizagem; ensinar comportamentos que antes era considerado obrigação da família; compreender a internet e os meios de comunicação como fontes de informação alternativa; entender a escola como um espaço de convivência plural; respeitar a diversidade cultural; a desvalorização do status social da escola; a desvalorização do salário dos docentes; a compreensão dos familiares que o professor não é vítima de um sistema educacional precarizado; a necessidade de revisar constantemente os conteúdos curriculares de acordo com o avanço da ciência e a compreensão que o professor não é mais o único detentor do conhecimento.

Assim sendo, Nunes e Oliveira (2017) concluem que:

Sem dúvida, esses indicadores de mudança identificados por Esteve (2009) têm implicações para o trabalho, para a carreira, para o desenvolvimento profissional e para a qualidade da educação oferecida pela escola básica. Ainda que esse autor tenha como referência o contexto europeu, esta realidade também pode ser observada na região latino-americana e mais especificamente no Brasil (NUNES; OLIVEIRA, 2017, p. 69).

Essa realidade complexa do sistema educacional brasileiro torna essencialmente importante uma formação inicial bem fundamentada aos futuros professores, já que eles precisarão planejar as suas ações didáticas em uma escola onde cada vez mais o docente ensina “agindo na urgência e decidindo na incerteza” (PERRENOUD, 2001).

Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi descrever um relato de experiência de uma professora iniciante, que ainda realiza a Licenciatura em Letras e tem atuado como docente contratada por tempo determinado na Rede Estadual de ensino em São Paulo.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa fundamenta-se na abordagem de relatos de experiências, uma vez que as vivências da primeira autora deste artigo contribuíram para que tal pesquisa fosse pensada a fim de demonstrar os diversos caminhos que o docente precisa percorrer durante sua vida na educação. Por se tratar de relato de experiência, optou-se por manter o texto escrito em primeira pessoa, o que assegura maior proximidade às vivências narradas, e em terceira pessoa, ao se tratar da análise da dupla de autores.

Os relatos de práticas docentes podem ser considerados como registros das atividades educacionais realizadas com os estudantes, com o objetivo de construir conhecimentos e permitir a reflexão da prática pedagógica organizada pelos professores. Ao escrever as suas experiências, os educadores precisam mostrar as suas intenções nas tarefas realizadas em sala de aula, as suas reflexões e observações ao longo do desenvolvimento das aulas (DELMANTO; FAUSTINONI, 2009).

Por fim, quanto à estruturação, o referente artigo está dividido em três temáticas consideradas importantes na discussão sobre trabalho docente, tais como: primeiro salário, violências e relação docente-discente. As temáticas são apresentadas de modo a articular os relatos a teorias discutidas no processo de formação na graduação.

Primeiro salário

Quando ingressei na universidade pública, além da busca por uma formação acadêmica de qualidade, tinha expectativa de me dedicar inteiramente aos estudos. Sem mensalidades para pagar, com passe livre assegurado e os recursos da permanência

estudantil, construí um cenário “ideal” e otimista para iniciar minha trajetória na graduação.

Mas esse cenário foi rapidamente desfeito quando percebi que o acesso a todos esses direitos demandava processos burocráticos e lentos. O fato é que a necessidade dos recursos básicos não espera, e é ela que vai determinar quem continua ou não na universidade.

Por isso, fui buscar algo que pudesse me sustentar para prosseguir nos estudos, mas que não me distanciasse da área de formação. Uma colega comentou sobre a possibilidade de trabalhar na Rede Estadual de São Paulo, lecionando para o Ensino Fundamental II, por contrato determinado.

Não pensei duas vezes e fui pesquisar algumas escolas para me inscrever e participar do processo de atribuição de aulas. Muito rapidamente percebi que tal processo é de uma burocracia espantosa e humilhante, é algo que não consigo detalhar neste relato, porém me fez refletir ainda mais sobre quando começa o problema de ensino-aprendizagem na escola, que não é na sala de aula e muito menos com os educandos e sim com o sistema educacional brasileiro. Vasconcellos (2007) pontua coerentemente que:

Para uma melhor compreensão do problema, é necessário levarmos em conta o contexto maior, marcado por contradições sociais: mudança no quadro de valores da sociedade: crescimento da licenciabilidade, queda da “autoridade natural” do pai, do padre, do patrão, do político e também do professor (...); situação do professor: má formação, baixa remuneração, carga excessiva de trabalho; situação da escola: superlotação das classes, falta de instalações e equipamento, falta de projeto educativo, falta de espaço de reuniões pedagógicas, etc. (VASCONCELLOS, 2007, p.39).

A grande questão está em como os docentes são encarados pelos órgãos governamentais, e em como o descaso pela educação é algo extremamente latente na sociedade. É importante ressaltar que o início da minha jornada como docente foi bem difícil, não que agora não seja, mas percebo que, com o passar do tempo, vivenciei experiências que me fortaleceram e me ensinaram a lidar com a realidade da escola pública.

Em junho de 2015 fiz minha estreia como professora em uma escola pública, localizada no Jardim São Luiz, distrito do Capão Redondo, periferia da zona sul de São

Paulo. Essa oportunidade só apareceu na metade do mês, por isso segui até o final de junho numa frequência de trabalho constante, encerrando o mês com 45 aulas. O certo é que aguardava ansiosamente pelo meu primeiro salário, pois minhas necessidades precisavam ser solucionadas, mas para minha decepção, no quinto dia útil, fui informada de que essas aulas só seriam pagas no mês de agosto, ou seja, após dois meses trabalhados. O primeiro salário creditado na minha conta foi o valor de R\$ 475,96; à época a hora/aula era remunerada em R\$10,48, o que não significa que o valor tenha aumentado muito: nos editais das Diretorias de Ensino a hora-aula em 2018 passará a ser R\$12,48, mais R\$7,60 da passagem do dia, uma passagem para ir e outra para voltar.

Precisamos entender que o problema não se inicia na sala de aula; na verdade, a sala de aula é o reflexo da desvalorização do profissional por parte dos órgãos governamentais. Dessa forma, Nunes e Oliveira (2017) afirmam que:

para se promover o desenvolvimento profissional docente com impactos na sala de aula três processos são fundamentais: a) boa proposta de inovação com um adequado respaldo social às transformações que se realizam no exercício da atividade docente; b) recursos materiais; e (c) certa continuidade que permita que as mudanças se mantenham ao longo do tempo. Como ressalta a autora [VAILLANT (2009)], é preciso vontade política e consensos, tendo em vista a variedade de posicionamentos presentes em toda instituição escolar ou sistema educacional (NUNES; OLIVEIRA, 2017, p. 6).

Portanto, valorizar o salário dos professores é essencial para melhorar a qualidade da Educação Básica no Brasil. Essa valorização possibilitaria maior motivação aos docentes que fazem parte da rede pública de ensino e incentivaria mais pessoas a realizarem cursos de Licenciatura, tornando a docência o seu meio de sobrevivência e não um mero bico a ser realizado nas horas vagas.

Violências

A escola é um ambiente que devemos olhar como provedora de educação e cidadania. Desse modo, os processos pedagógicos que uma gestão deve mediar são as relações do educando com todos os integrantes da escola mutuamente, além, é claro, da

aprendizagem. É importante ressaltar a relevância de uma boa gestão escolar, que não pode apenas estar preparada para assinar convocações, expulsões ou causar medo nos educandos, mas deve ser capaz de mediar e mostrar caminhos que melhorem a relação do estudante com o ambiente em que transita atuante à luz do princípio da gestão democrática.

De acordo com Paro, uma prática burocratizante ou autoritária

não condiz com uma gestão democrática que deve ser horizontal e participativa, que as vozes dos estudantes, funcionários e profissionais da educação devem ser ouvidas, valorizadas e reconhecidas dentro do ambiente escolar e para a escola ser bem sucedida é preciso que atinja o esperado e para que atinja, é necessário que a gestão escolar esteja bem articulada entre as situações (PARO, 1991, p.33-34).

Em minha curta experiência como docente da Rede Estadual de Ensino em São Paulo, vivenciei diversos atos de violência, ora verbais ora físicos; por exemplo, já precisei separar diversas brigas dentro da sala de aula, sem contar com as brigas na temida "hora da saída". Nesse sentido, como aponta Charlot:

A “violência escolar” é um dos maiores problemas que os professores devem enfrentar hoje em dia. De fato, essa expressão genérica remete a fenômenos bastante diferentes: agressões físicas, ameaças graves, pequenas brigas, assédio, palavras racistas, indisciplina escolar, indiferença ostentatória para com o ensino e a vida escolar oficial, incivildades etc. (CHARLOT, 2008, p. 28).

É certo afirmar que a violência institucional existe e é algo comum dentro das escolas. A primeira vez que separei uma briga, fiquei em choque; não que a minha realidade escolar tenha sido diferente disso, sempre estudei em escola estadual, então, ver as brigas era algo que não me causava espanto, mas a situação era outra, não era mais a discente Juliana e sim a docente. Passada a confusão, vi-me sem atitude alguma, assustada, imaginando se as professoras da minha época escolar sentiam o mesmo que senti naquele momento.

Depois do grande caos, os jovens foram para a sala de coordenação, levaram uma convocação chamando os pais ou responsáveis a comparecerem na escola, e retornaram para a sala como se nada estivesse acontecido. Seria mesmo apenas esse caminho? Qual o papel do mediador na escola? Paro afirma que:

É preciso instituir uma organização do ensino que não se sustente no prêmio e no castigo, expedientes sabidamente antipedagógicos, mas propicie condições para a motivação intrínseca ao aprender, única compatível com a constituição de sujeitos autônomos (PARO, 2003, p. 4).

A questão muito bem levantada pelo teórico condiz com o que precisamos olhar, não somente para atitude de violência, mas também para as questões humana e social do educando, sendo preciso questionar antes de castigar.

Quando nos importamos com esses jovens conseguimos transformá-los, claro que não completamente, mas é como se uma semente fosse plantada, regada para colhermos excelentes cidadãos no futuro.

Acreditamos que para a escola fomentar a formação da cidadania dos jovens e se tornar um ambiente mais agradável para eles, será necessário que os profissionais que trabalham nessas unidades escolares organizem uma gestão democrática, estimulando a participação dos estudantes nas decisões que influenciam na sua vida. Somente dessa forma construiremos um ambiente escolar mais democrático e com menos situações cotidianas de todos os tipos de violências.

Relação docente-discente

"A escola não é lugar de sentimento, mas lugar de direitos e deveres" (CHARLOT, 2008, p. 29-30). Abro esse tópico com essa frase que resume e introduz o que realmente é a relação entre docente e discente.

Considero que a vida escolar é o segundo ambiente do educando e do docente, sendo que o primeiro é a sua casa com suas famílias. Deste modo, não posso descrever as relações apenas pelo viés autoritário que a sociedade impõe quando o assunto é educação e docência, e também, não somente, relações de poder dentro da sociedade escolar, quer dizer, os dominantes e os dominados.

A relação que quero discutir é o impacto que o/a docente causa na vida do educando, seja ele de cunho social, de motivação, de respeito, de crescimento pessoal

etc. O sentimento deve ser de respeito, direitos e deveres entre ambos. Vejamos um trecho em que Bueno expõe sua pesquisa:

No meu primeiro dia em sua sala, observei que ela possuía senso humanitário ao assumir a responsabilidade sobre um erro comum dos alunos no dia anterior. (...) [E]la conseguia rir muito das atribuições da sala de aula porque nem os acontecimentos e nem seu prazer com os alunos ameaçavam sua autoridade. De muitas maneiras eles é que constituíam sua autoridade (BUENO, 1995, p.126).

A verdade sobre esta citação é que a autoridade na sala de aula não está relacionada a assumir posturas autoritárias frente aos estudantes, impondo limites de ordem; a autoridade implica respeito recíproco e a construção de uma relação humana na qual sejam possíveis a convivência, a interação e a aprendizagem.

Em meu caminhar na educação já me deparei com diversos momentos na sala de aula ouvindo fortes histórias (pessoais) dos educandos, já consegui atenção de uma sala apenas utilizando "por gentileza", já consegui concluir atividades apenas apontando o que o educando tem de melhor para me mostrar. Não estou aqui para demonstrar como sou "heroína", ou uma educadora que não tenha erros ou dificuldades, mas tenho procurado realizar meu trabalho com ética e sabedoria. De acordo com Freire:

Outra qualidade indispensável à autoridade em suas relações com a liberdade é a generosidade. Não há nada que inferiorize mais a tarefa formadora da autoridade do que a mesquinhez [com que se comporte] (FREIRE, 2002, p. 56).

Minhas experiências baseiam-se na realidade da sala de aula que faz com que me adeque às situações corriqueiras da escola, mas procuro ter sabedoria e buscar os conhecimentos que obtive durante a realização da Licenciatura para resolver as diversas demandas do cotidiano escolar, estimulando a formação da cidadania dos estudantes e construindo novos caminhos para a educação pública brasileira.

Portanto, é extremamente necessário que os docentes realizem reflexões contínuas e permanentes sobre a sua prática pedagógica, tentem articular os conhecimentos teóricos construídos na sua formação inicial e continuada com as demandas complexas advindas do “chão da escola” e encontrem dentro dos muros escolares espaço para ampliar a sua formação profissional.

Tardif expõe em sua análise que:

Os conhecimentos dos professores não são saberes teóricos, são conhecimentos enraizados no trabalho e em suas experiências como professores (...). Para os docentes, seus conhecimentos estão profundamente ancorados em sua experiência de vida no trabalho. Isso não quer dizer que os professores não utilizem conhecimentos externos provenientes, por exemplo, de sua formação, da pesquisa, dos programas ou de outras fontes de conhecimento (TARDIF, 2013, p. 568).

Ou seja, é necessária a articulação entre teoria-prática como um conjunto proveniente para um olhar mais crítico sobre o ensino-aprendizagem. Desta forma, como diz Nunes e Oliveira (2017, p. 65) é essencial a articulação entre políticas públicas educacionais e trabalho docente, de modo que o professor não seja considerado o único responsável pelo fracasso ou sucesso da aprendizagem dos estudantes.

Conclusão

Espero que futuros colegas de trabalho leiam o artigo e se sintam tocados de alguma forma para refletirem sobre quais caminhos devemos seguir na sala de aula.

Acreditamos que ao escolher esta profissão já temos algum conhecimento das dificuldades e precariedades que iremos percorrer, mas é preciso respeitar os espaços, buscar nossos direitos e não faltar com a ética sobre o ensinar, além de lutarmos coletivamente por melhores condições de trabalho, condições essas que nos permitam cumprir efetivamente com nosso papel na democratização do acesso ao conhecimento em uma perspectiva emancipatória.

Finalizamos com uma frase de Freire (2002, p. 58) que representa devidamente o que o artigo deseja tocar nos leitores:

“Me movo como educador (a) porque, primeiro, me movo como gente.”

Referências

BUENO, Belmira Oliveira. Poder e desvelo na sala de aula. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 21, n. 2, jul/dez. 1995. p. 119-137.

CHARLOT, Bernard. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. Revista da FAEBA. **Educação e contemporaneidade**. Salvador, v. 17, n. 30, jul./dez. 2008. p. 17-31.

DELMANTO, Dileta; FAUSTINONI, Luiza. Os relatos de prática e sua importância no processo de produção e socialização do conhecimento. In: GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Reorientação curricular do 6º ao 9º ano: currículo em debate – Relatos de Práticas Pedagógicas**. Goiânia: SEE/GO, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

NUNES, Claudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 1, jan/mar. 2017. p. 65-80.

PARO, Vitor. A utopia da gestão escolar democrática. **Revista de Educação**. São Paulo, n. 6, nov.1991. p. 33-35.

PARO, Vitor. **Reprovação escolar: renúncia à Educação**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 123, abr/jun. 2013. p. 551-571.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

TEACHER'S REALITY IN THE CLASSROOM: REPORTS OF A BEGINNER TEACHER

ABSTRACT

This article aims to present experience reports of the time as an eventual teacher in a school of the state's network in São Paulo, with the objective of contribute in some way to the reflections about the beginner teacher and the teaching work at public schools. The reports are discussed

according to the criterion of Freire (2002), Bueno (1995), Charlot (2008), Vasconcellos (2007), Nunes and Oliveira (2017), Tardif (2013), Delmanto and Faustinoni (2009), Libâneo (2014) and Perrenoud (2001). We start from the understanding that on choosing this profession we are already convinced of the difficulties and precariousness that we will go through, however it's necessary to respect the spaces, fight for our rights and not miss ethics on teaching. We hope that future co-workers read the paper and feel touched somehow to reflect on what paths we should follow in the classroom.

Keywords: *Experience reports. Teaching work. Public School.*

Envio: março/2018
Aceito para publicação: março/2018